



PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARÁ DE MINAS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

GABARITO PROVA – CARGO DE ADVOGADO (PROCON)

Questão 1 (5 pontos)

Sobre as teorias e princípios que regem as relações de consumo:

- Explique a diferença entre o conceito de consumidor previsto no Código de Defesa do Consumidor e a teoria finalista mitigada adotada pelo Superior Tribunal de Justiça.
- O CDC proíbe a venda de produtos nocivos à saúde (art. 10), aponte argumento(s) que pode(m) ser utilizado(s) para afastar a responsabilidade do fornecedor e justificar a exposição, por exemplo, de veneno para formigas nas prateleiras de supermercados.
- Uma empresa de laticínios descobriu que lotes de um de seus produtos (leite integral longa vida) estavam sendo comercializados com grave contaminação bacteriana. Fundamente com base no CDC o que ela poderia alegar em seu favor e exemplifique uma situação que poderia ter ocorrido ou contribuído para essa ocorrência.

CrITÉRIOS de avaliação:

7.6 Cada questão terá o valor de 5 (cinco) pontos, totalizando 30 (trinta) pontos.

7.7 A correção da prova considerará, entre outros critérios:

- compreensão, completude da resposta e domínio do tema proposto (2 pontos);
- capacidade de interpretação e análise crítica (1 ponto);
- clareza, objetividade e coerência na exposição das ideias (1 ponto);
- adequação técnica da resposta ao contexto do serviço público e da defesa do consumidor (1 ponto).

7.8 Será considerado(a) classificado(a) o(a) candidato(a) que obtiver nota mínima de 15 (quinze) pontos no total da prova escrita.

7.8.1 Será considerado(a) desclassificado(a) o(a) candidato(a) que zerar a nota de alguma das questões e/ou que obtiver nota inferior a 15 (quinze) pontos no total da prova escrita.

RESPOSTA A: O art. 2º do CDC prevê como consumidor o destinatário final do produto ou serviço [compreensão do tema, completude e domínio: **2 pontos**], no entanto o STJ adota a teoria finalista mitigada, que atenua, ou aumenta, esse conceito para considerar como consumidor aquele que, mesmo adquirindo produto ou contratando serviço como atividade-meio, se comprovada a vulnerabilidade técnica e econômica perante o fornecedor, pode se aplicado o CDC. [interpretação e análise crítica: **1 ponto**] [clareza, objetividade e coerência: **1 ponto**] [adequação técnica: **1 ponto**]

RESPOSTA B: Aplicando-se os princípios da razoabilidade e proporcionalidade. [compreensão do tema, completude e domínio: **2 pontos**] [interpretação e análise crítica: **1 ponto**] [clareza, objetividade e coerência: **1 ponto**] O produto que extrapola o grau de nocividade que naturalmente dele se espera não pode ser comercializado. Por outro lado, se o fornecedor tomar o cuidado de manter o grau de nocividade dentro do razoável e informar na embalagem, de forma clara e adequada, sobre o risco, telefone de contato no caso de ingestão indevida, dentre outras informações úteis à segurança do consumidor, afasta a incidência da proibição contida no art. 10 do CDC. [adequação técnica: **1 ponto**]

RESPOSTA C: Poder alegar excludente de responsabilidade prevista no art. 12, § 3º, I, [compreensão do tema, completude e domínio: **2 pontos**] [clareza, objetividade e coerência: **1 ponto**] explicando que não colocou o produto no mercado. [adequação técnica: **1 ponto**] Ao descobrir os lotes contaminados a empresa adotou todas as medidas de prevenção, separou os produtos e os acondicionou em local adequado. Porém, por ter sido vítima de furto, esses produtos foram comercializados indevidamente por terceiros. Assim, ela afasta a sua responsabilidade. [interpretação e análise crítica: **1 ponto**]

Prova de Advogado



PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARÁ DE MINAS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Questão 2 (5 pontos)

Apresente o posicionamento do STJ acerca da caracterização de juros abusivos e cobranças indevidas em contratos de empréstimos bancários, explicando:

- a) Se há limitação legal prévia das taxas de juros remuneratórios tal como existe no comércio em geral e, detalhadamente, quais critérios são utilizados para a aferição da abusividade.
- b) Em qual situação a inclusão de seguro prestamista é permitida no contrato bancário.
- c) Sobre o indébito previsto no art. 42, parágrafo único, do CDC, Jade celebrou um contrato de seguro com uma seguradora em 31/03/2021. Ao analisar as cláusulas contratuais, o Poder Judiciário reconheceu a abusividade da taxa de seguro cobrada. Considerando que o pagamento indevido desse valor foi realizado por Jade em agosto de 2021, a restituição deverá ocorrer de forma simples ou em dobro? Justifique

RESPOSTA A: A jurisprudência entende que até 1,5 vezes [compreensão do tema, completude e domínio: **2 pontos**] a média do mercado apurada pelo Banco Central [adequação técnica: **1 ponto**] na data de assinatura do contrato. [clareza, objetividade e coerência: **1 ponto**] [interpretação e análise crítica: **1 ponto**]

RESPOSTA B: Se contratado em apartado ao contrato [compreensão do tema, completude e domínio: **2 pontos**] [clareza, objetividade e coerência: **1 ponto**], e de forma inequívoca e clara ao consumidor, dando a ele a liberdade de escolha. [adequação técnica: **1 ponto**] [interpretação e análise crítica: **1 ponto**]

RESPOSTA C: A restituição deverá ocorrer em dobro [compreensão do tema, completude e domínio: **2 pontos**] [clareza, objetividade e coerência: **1 ponto**] visto que, quando do julgamento do EAREsp 676.608/RS, o STJ [adequação técnica: **1 ponto**] [interpretação e análise crítica: **1 ponto**] entendeu pela possibilidade de restituição dobrada de cobranças efetuadas a partir de 31/03/2021.



PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARÁ DE MINAS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Questão 3 (5 pontos)

Responda:

- a) A chamada “mentira verde” tem ganhado relevância no âmbito das relações de consumo. À luz do Direito do Consumidor, explique a ideia de *greenwashing* ou *greenshifting* aplicadas para o direito do consumidor.
- b) Por que tais práticas podem ser enquadradas como publicidade enganosa e abusiva.
- c) Sobre os temas atuais do Direito do Consumidor, ao retornar de um voo internacional, Amanda teve sua bagagem danificada no aeroporto de Miami, o que lhe acarretou um prejuízo de R\$ 20.000,00. A companhia aérea, se apoiando em tratados internacionais sobre aviação, limitou o valor da indenização em R\$ 18.700,00. Amanda então procurou o PROCON para que seu direito fosse garantido à luz do Código de Defesa do Consumidor, que prevê a responsabilização integral do fornecedor por serviço defeituoso. Como o PROCON pode/deve explicar à consumidora sobre o direito aplicado ao caso e por quê?

RESPOSTA A: Tanto o *greenwashing* como o *greenshifting* se caracterizam quando o fornecedor atribui a seu produto a ideia de respeito ao meio ambiente [compreensão do tema, completude e domínio: 2 pontos] [clareza, objetividade e coerência: 1 ponto], sustentabilidade que na verdade não tem [adequação técnica: 1 ponto], com o objetivo de atribuir consumidores para seus produtos. [interpretação e análise crítica: 1 ponto]

RESPOSTA B: Porque viola o dever de informação e induz o consumidor ao erro por acreditar que está adquirindo produto de empresa que se preocupa com o meio ambiente. [compreensão do tema, completude e domínio: 2 pontos] É enganosa também por omissão, por deixar de informar dado essencial do produto (que não é sustentável). É abusiva porque desrespeita valores ambientais. [adequação técnica: 1 ponto] [clareza, objetividade e coerência: 1 ponto] [interpretação e análise crítica: 1 ponto]

RESPOSTA C: Pode explicar que, conforme o atual entendimento do STF (Tema nº 210), [compreensão do tema, completude e domínio: 2 pontos] tratados/convenções internacionais sobre responsabilidade por danos materiais prevalecem sobre o Código de Defesa do Consumidor. [adequação técnica: 1 ponto] [clareza, objetividade e coerência: 1 ponto] [interpretação e análise crítica: 1 ponto] Assim, o valor da indenização deve ser o de R\$ 18.700,00.



PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARÁ DE MINAS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Questão 4 (5 pontos)

Explique:

- O conceito da Teoria do Desvio Produtivo do Consumidor.
- Exemplifique situações para sua caracterização num ambiente bancário e numa loja de eletrodomésticos.
- Por que um fornecedor que, atribuindo a um filtro de água com ozônio propriedades terapêuticas, e divulga a cura de doenças graves, como Alzheimer e Diabetes, pode ser penalizado pelo PROCON por propaganda enganosa por omissão?

RESPOSTA A: A teoria do desvio produtivo do consumidor é uma tese que caracteriza a situação na qual o consumidor precisa gastar seu tempo útil para resolver problemas de consumo que sequer deveriam existir. [compreensão do tema, completude e domínio: **2 pontos**] [adequação técnica: **1 ponto**] [clareza, objetividade e coerência: **1 ponto**] [interpretação e análise crítica: **1 ponto**]

RESPOSTA B: Num ambiente bancário quando o consumidor é reiteradamente desrespeitado reclamando do tempo máximo de atendimento previsto em lei. E quando não consegue resolver o problema do eletrodoméstico, gastando tempo com assistência técnica, ligações, e-mails etc. [compreensão do tema, completude e domínio: **2 pontos**] [adequação técnica: **1 ponto**] [clareza, objetividade e coerência: **1 ponto**] [interpretação e análise crítica: **1 ponto**]

RESPOSTA C: Pela maneira superficial com que trata do assunto, ou por omitir informação essencial, [compreensão do tema, completude e domínio: **2 pontos**] inclusive quanto a riscos para determinados grupos de pessoas, fazendo com que o consumidor se comporte de maneira prejudicial à sua saúde, inclusive deixando de procurar tratamento médico convencional por acreditar na falsa promessa de cura. [adequação técnica: **1 ponto**] [clareza, objetividade e coerência: **1 ponto**] [interpretação e análise crítica: **1 ponto**]



PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARÁ DE MINAS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Questão 5 (5 pontos)

Responda:

- a) Sobre a atuação jurídica do PROCON na instrução de processos administrativos, no pré-atendimento presencial classificado como “reclamação”, descreva, na ordem, quais rotinas devem ser seguidas para a análise de demandas/casos consumeristas.
- b) Na adoção de medidas administrativas do PROCON, no gerenciamento da decisão de cadastro de reclamações fundamentadas, como deve ser classificada a ausência de resposta do fornecedor, ou a resposta após expirado o prazo de 10 dias?
- c) Na rotina de atendimento do PROCON, como são identificados os fornecedores com os ícones:



RESPOSTA A: Cadastro do consumidor, seleção do fornecedor, filtro da demanda, relato do ocorrido, pedido e envio ao fornecedor (eletronicamente ou pelos Correios / e-mail). Podem ocorrer variações no atendimento e na organização das ideias; pode seguir também as diretrizes do CDC e Decreto 2.181/1997. [compreensão do tema, completude e domínio: **2 pontos**] [adequação técnica: **1 ponto**] [clareza, objetividade e coerência: **1 ponto**] [interpretação e análise crítica: **1 ponto**]

RESPOSTA B: Reclamação fundamentada e não atendida. Pode ocorrer de ser classificada também como descumprimento de notificação e ensejar aplicação de penalidade. [compreensão do tema, completude e domínio: **2 pontos**] [adequação técnica: **1 ponto**] [clareza, objetividade e coerência: **1 ponto**] [interpretação e análise crítica: **1 ponto**]

RESPOSTA C: Arroba: fornecedor responde eletronicamente. Selo: fornecedor é certificado pela SENACON. Carinha verde: fornecedor presente no consumidor.gov.br [compreensão do tema, completude e domínio: **2 pontos**] [adequação técnica: **1 ponto**] [clareza, objetividade e coerência: **1 ponto**] [interpretação e análise crítica: **1 ponto**]



PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARÁ DE MINAS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Questão 6 (5 pontos)

Explique:

- a) Um refrigerador possui garantia contratual, somente da parte elétrica, com vigência de 10/03/2025 a 10/03/2026, complementar à garantia legal. Neste caso, surgindo outro vício (que não elétrico), em 11/03/2026, a garantia legal pode ser acionada?
- b) De que forma a proteção conferida pelo CDC tutela os chamados “bystanders” quando não há comprovação da compra por nota fiscal.
- c) A ausência de uma regulação estatal eficaz sobre o mercado de apostas online expõe o consumidor a uma condição de hipervulnerabilidade, especialmente quando o resultado é a patologia financeira. O embate entre a liberdade de escolha do usuário e a exploração comercial exige uma reinterpretação da autonomia da vontade sob a ótica da dignidade da pessoa humana. Assim, explique sobre a responsabilidade do fornecedor ante a autonomia decisória do consumidor para afastar a alegação de falha na prestação do serviço.

RESPOSTA A: A garantia legal tem início após o escoamento do prazo da garantia contratual. [compreensão do tema, completude e domínio: 2 pontos] E por ser a garantia legal mais benéfica ao consumidor, poderá fazer uso dela antes que a garantia contratual. [adequação técnica: 1 ponto] [clareza, objetividade e coerência: 1 ponto] [interpretação e análise crítica: 1 ponto]

RESPOSTA B: O art. 17 do CDC considera consumidor todas as vítimas do evento danoso. Portanto, os chamados “bystanders”, ou consumidores por equiparação, [compreensão do tema, completude e domínio: 2 pontos] podem se valer do CDC mesmo sem a nota fiscal, desde que tenham sido vítimas do evento danoso no contexto de uma relação de consumo. [adequação técnica: 1 ponto] [clareza, objetividade e coerência: 1 ponto] [interpretação e análise crítica: 1 ponto]

RESPOSTA C: A inexistência ou insuficiência de regulação estatal específica não afasta a responsabilidade do fornecedor, [compreensão do tema, completude e domínio: 2 pontos] que deve adotar medidas concretas para evitar práticas abusivas e estratégias que explorem a hipervulnerabilidade do consumidor [clareza, objetividade e coerência: 1 ponto] [adequação técnica: 1 ponto], especialmente quando há indução ao comportamento compulsivo. A omissão quanto a tais deveres caracteriza defeito na prestação do serviço, ensejando responsabilidade objetiva, na medida em que a autonomia da vontade não pode ser invocada para legitimar a exploração econômica de situações que comprometem a dignidade do consumidor. [interpretação e análise crítica: 1 ponto]

Prova de Advogado